

CRIANÇAS E MASCULINIDADES INFLEXIVAS NA ESCOLA: IMPACTO NO GÊNERO E NAS NORMAS INSTITUCIONAIS

Eixo Temático 02 - A Produção de Pesquisas sobre Infâncias, Gênero e Sexualidade na Educação

Raul Alvim Capistrano ¹
Anna Paula Vencato ²

RESUMO

A pesquisa buscará compreender como as experiências de crianças que desafi(n)am as convenções de gênero nas escolas de educação básica produzem espaços para repensar a escola. A proposta é de analisar as experiências de performances de masculinidades realocadas e inflexivas no cotidiano escolar por crianças usuárias do Ambulatório de Transexualidades do Hospital das Clínicas da cidade de Uberlândia. Estas crianças fraturam às expectativas e cotidianos escolares, ao modularem posições associadas aos meninos cisgêneros, sob outra inflexão de gênero. Suas masculinidades se tornam desafi(n)os, que lhes evocam processos performativos de resistência, levando-as a acionarem estratégias de invenção de um cotidiano escolar possível, e nos dão subsídios que nos permitem repensar a escola.

Palavras-chave: Gênero, masculinidades, escola.

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, raulalvimcapistrano@gmail.com;

² Professor orientador: doutora, Faculdade de Educação - UFMG, apvencato@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Em 2017, a convite de um Curso de Especialização em Direitos Humanos na temática de Educação e Gênero, a professora Flávia Bonsucesso Teixeira³ buscou atender a proposta de produzir uma reflexão atualizada da discussão contida em sua dissertação de mestrado - que na época já tinha cerca de 17 anos - intitulada Meninas e meninos da Educação infantil: uma aquarela de possibilidades. A pesquisa tinha como preocupação central investigar a construção dos gêneros no espaço escolar, no intuito de identificar práticas presentes do interior da naturalização das desigualdades sociais entre meninos e meninas no cotidiano escolar. Seu estudo etnográfico teve como campo uma escola infantil, que ofertava em seu currículo a proposta de educação não sexista. A título de corresponder ao convite que recebera, Flávia Teixeira confrontou as cenas que registrara em sua pesquisa com os relatos atuais, de professores da educação infantil, colhidos pela Professora Elenita Pinheiro⁴, que promovera diálogos na temática de gênero e sexualidade no campo escolar entre os anos de 2015-2016.

Dentre roupas de Batman, maquiagens de fadinha, danças de ballet e organização da sala de artes, os rechaçamentos sofridos pelas crianças que “não sabem seu lugar” e as interseccionalidades gênero/raça/etnia denunciadas nas violências presentes e negligenciadas pelas(os) professoras(es) ao confrontarem as cenas outrora registradas na pesquisa de Flávia e os relatos recém registrados por Elenita denotaram, assustadoramente, a total atualidade, naquele momento, da questão. Isto é, ao fim da análise, elas chegam à conclusão de que não houve avanços significativos nos campos de fronteiras marcadas pelos racismos e heteronormatividade que se faz presente no universo escolar, independente da proposta curricular oferecida pela instituição.

No que concerne a heteronormatividade, evidenciava-se que a escola, ao negar o acolhimento dessas crianças e ao evitar as discussões acerca da temática, acabava por revelar as tensões e conflitos que cercam e cerceiam a experiência de meninos e meninas que perturbam às normas de gênero, assim como a todos que compõem as hierarquias do sistema sexo-gênero ao problematizar as realidades e fazer emergir as questões que envolvem esse fenômeno.

³ Professora Adjunta IV da Universidade Federal de Uberlândia e coordenadora do Ambulatório de Transexualidades do Hospital das Clínicas de Uberlândia-MG

⁴ Participante da Linha de Pesquisa Educação em Ciências e Matemática do PPGED/UFU.

No sentido contrário ao silenciamento identificado no cotidiano escolar quanto à questões de gênero e sexualidade e, alguns anos após a constatação da estagnação da problemática da manutenção da heteronormatividade no contexto escolar, a professora Flávia Teixeira, que também atua como coordenadora do Ambulatório de Transexualidades do Hospital das Clínicas de Uberlândia-MG, vem percebendo o considerável aumento da demanda por acolhimento por parte de crianças e adolescentes.

As atividades do Ambulatório tiveram início no ano de 2007 e desde então a oferta dos serviços partem de uma linha de cuidado de viés despatologizante e atuando em prol da autonomia de seus usuários e usuárias. Em outras palavras, diz de um modo de por em prática o reconhecimento a autodeterminação do sujeito sobre si e seu direito a saúde integral ao privilegiar o espaço da escuta em detrimento às exigências de laudos que legitimem ou não suas expressões de gênero (RIBEIRO; LEMOS; TEIXEIRA, et al, 2022, no prelo). Assim, quando a demanda por acolhimento é de adolescentes e crianças da mais tenra idade, não só tal característica do ambulatório se faz fundamental, como também expõe questões bem mais desafiadoras e que exigem movimentos de retomadas e aprimoramentos no campo médico, científico, jurídico e outros por parte de sua equipe multidisciplinar (RIBEIRO; LEMOS; TEIXEIRA, et al, 2022, no prelo).

Apesar dos desafios, ficamos diante de um cenário que, em oposição ao silêncio, silenciamentos e apagamentos relatados anteriormente, escuta e cede à criança e ao adolescente o direito à escuta e ao reconhecimento, em um passo importante de legitimação da possibilidade de sua existência no mundo. Assim, voltamos o olhar, especificamente, para crianças que reivindicaram o direito de expressarem suas masculinidades consideradas inesperadas, desapropriadas, inflexivas em relação a seus corpos, ou melhor, ao gênero no qual foram designadas ao nascer. Estas fraturam certa lógica de gênero ao modularem posições associadas aos meninos cisgêneros, sobre outra inflexão de gênero, dada como dissonante das prescrições binárias da norma do sistema sexo-gênero. Norma essa presente no cotidiano social, mas que são especialmente, produzidas e reproduzidas no universo escolar, uma vez que faz parte desta mesma sociedade que exclui às diferenças (VENCATO, 2014).

Trata-se então de sujeitos que, em relação às suas expressões de gênero, poderia-se dizer, passam agora a internalizar um certo tipo de “consentimento”, cedido, afetuosamente, por parte ou todo núcleo familiar e equipe multidisciplinar, à livre expressão de si, mas que enfrentam o desafio de negociar suas existências com um espaço institucional que caminha a passos curtos na superação da negação das diferenças. Crianças que travam sagas de invenção de um cotidiano possível no universo escolar.

O objetivo geral é compreender os processos performativos das crianças que resistem ao posicionamento hegemônico de gênero e as estratégias de invenção de um cotidiano possível acionadas por essas crianças para (re)inventar a escola. Em específico, buscamos discutir os efeitos da ofensiva antigênero na escola e suas ramificações sobre as crianças que fraturam e escapam das normas. Perceber as interpretações sobre gênero e sexualidade que sustentam os estranhamentos na/da escola em relação às crianças e suas (re)invenções. E, por fim, identificar as respostas e os rearranjos institucionais às “desordens” provocadas pelas experiências das crianças dissidentes de gênero na escola.

REFERENCIAL TEÓRICO

Por mais perturbador que pareça, a constatação de que nenhum avanço pôde ser observado nos relatos de docentes diante de cenas que exprimem total negligência para com crianças vítimas de rechaçamentos relativos às suas expressões de gênero e sexualidade, presentes no material colhido no ano de 2000 e comparado a um material semelhante, cerca de 17 anos depois, pelas pesquisadoras Flávia Teixeira e Elenita Pinheiro (TEIXEIRA & PINHEIRO, 2017) é necessário ter em mente que a escola, como bem diz Bento (2011), não é uma ilha e cumpre, historicamente, o papel de reprodução da visão naturalizada das relações sociais.

No que se refere a padronização dos papéis de gênero pela escola, ela não só diz o lugar dos meninos e das meninas mas, também, a forma padrão de relacionar-se de acordo com esses gêneros. Isto é, o que se considera normal é que as pessoas se relacionem afetivamente com indivíduos do gênero oposto e que sigam o padrão de gênero estabelecido no nascimento e registrado em sua certidão: masculino ou

feminino, e com formas bem delimitadas de como ser homem ou mulher. Qualquer desviante dessa norma será considerado abjeto ou nomeado diferente. Entendo enquanto parâmetro instaurado socialmente os atributos hegemônicos do homem branco, cishetero e cristão (LOURO, 2014).

É na escola que estrategicamente os corpos são treinados, condicionados, conforme o padrão hegemônico cisheteronormativo, branco e cristão. Afinal, a escola não só o faz de forma velada como não tarda em punir aqueles que se opõem às normas.

Auad (2017), ao analisar a educação das crianças, fala que essa divisão entre meninos e meninas se dá em todos os espaços do universo escolar, incluindo a cantina, recreio, salas de aula, etc. Ela destaca como os comportamentos são bem marcados, delineados e como as liberdades, exigências, caprichos e perdões são concedidos em maior ou menor proporção, de modo natural e inquestionável. Ela aponta um mecanismo que insiste na produção da cisheteronormatividade, num processo de padronização dos corpos que, inevitavelmente, torna a escola peça-chave também na produção dos “outros”, seus opostos.

Quando se promove ações, inclusive no campo da Educação, tendo em vista exercer o poder de educar as crianças dentro da norma de sexo e gênero, como se todas elas fossem supostamente heterossexuais, inevitavelmente, reivindica-se, de mesmo modo, o poder de discriminar, castigar, corrigir, violentar e matar aqueles que são divergentes (PRECIADO, 2013). Trata-se de um rechaçamento radical que é indiferente à qualidade da divergência. Faz-se necessário ter em mente que uma manifestação considerada “diferente”, independente do teor com que ela possa ser percebida, não necessariamente “enquadra” a criança enquanto não-cishetero. Favero (2021), ao investigar como diferentes atores se coordenam na produção de fronteiras que delimitam o que é uma infância trans no interior das dinâmicas técnico-políticas que se articulam com os campos da clínica e do ativismo, nos provoca a pensar sobre as categorias criança e trans e nas disputas de poder no interior de suas produções. A pertinência da questão está na delicadeza de compreender o limite de permissibilidade de existência do que contraria a cisheteronormatividade e sua gravidade.

Tal delicadeza e defesa ao exercício da autodeterminação pela criança, todavia, se faz presente no discurso coletivo da equipe do Ambulatório de Transexualidades do

Hospital das clínicas de Uberlândia, que são responsáveis pelo acolhimento dos sujeitos trans, travestis e suas famílias, assim como, de crianças que reivindicam o direito a autonomia da percepção de si. Prado (2018) e Ribeiro, Lemos, Teixeira, *et al.* (2022, no prelo), apresentam inúmeros relatos, que por outro lado, são subversivos frente a conduta reacionária da ofensiva antigênero e, ao nosso ver, são relatos que trazem consigo confirmações importantes dos impactos gerados pela presença desses sujeitos na instituição de saúde. Nesse sentido, podemos perceber que a presença desses sujeitos muda não apenas a eles mesmos/as (pelo acesso a serviços públicos de qualidade), como muda também a instituição e suas práticas ao acolher esses sujeitos.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Optamos por fazer uma imersão no universo do Ensino Fundamental I, em que pretendemos acompanhar cerca de três crianças que foram designadas meninas ao nascerem e que são usuárias do Ambulatório, entendendo fazer o exercício de pesquisar os modos de vida dos sujeitos envolvidos nas cenas que serão registradas e construindo dados de acordo com a relação dessas crianças com a escola. Isto é, pretende-se acompanhar a presença das crianças na instituição e assistir às aulas das turmas das crianças selecionadas, verificando como são percebidas e acolhidas suas performances de gênero pela comunidade escolar, as várias expressões de suas masculinidades, como se dão essas performances em relação aos meninos cisgêneros e os prováveis rechaçamentos que elas poderão vivenciar e como todas as desordens provocadas por suas performances impactam a elas mesmas e à comunidade escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa está em fase de produção de dados a serem analisados.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2017.



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,
Saúde e Sustentabilidade

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 2, p. 549–559, 2011.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *A invenção da "ideologia de gênero"*: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 set. 2020.

LOURO, G.L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, G.L. *Gênero, sexualidade e educação : das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas*. *Educational Review*, 2007, 201-218.

PRADO, M. A. M. *Ambulare*. 1. ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2018. v. 1. 80p.

PRECIADO, Paul Beatriz. *Quem defende a criança queer?* Tradução Cícero Oliveira. *Qui défend l'enfant queer?* Revista Geni. <http://revistageni.org/10/quem-defende-a-crianca-queer/>

RAIMONDI, G. A. ; BARROS, N. F. ; TEIXEIRA, FLAVIA ; PAULINO, D. B. . *Corpos que (não)importam na Prática Médica: reflexões sobre os desafios do cuidado em saúde das pessoas trans?*. In: Aline Veras Morais Brilhante; Juliana Guimarães e Silva; July Grassiely de Oliveira Branco; Fátima Luna Pinheiro Landim; Ana Maria Fontenelle Catrib. (Org.). *Interfaces entre saúde mental, gênero e violência*. 1ed.Fortaleza: EdUECE, 2018, v. 1, p. 240-257

RIBEIRO, C.T.; LEMOS, F.G.; TEIXEIRA, F. do B. et al. “*O SUS que dá certo*”: costurando tecnologias na produção do cuidado para a população trans. In: Costa-Val, A.; Deslandes, K. (Org.). *(Trans)formando os cuidados em Saúde*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022 (no prelo).

TEIXEIRA, F. B.; SILVA, E. P. Q. . *Crianças, infâncias, gêneros e sexualidades ou de quando a escola e as crianças disputam seus corpos*. In: Carlos José Cordeiro; Josiane Araújo Gomes. (Org.). *Diálogos entre educação e direitos humanos*. 1ed.São Paulo: Pillares, 2017, v. 1, p. 20-32

VENCATO, Anna Paula. *Diferenças na Escola*. In: LEITE JR, Jorge, MISKOLCI, Richard (orgs.). *Diferenças na educação: outros aprendizados*. São Carlos: Edufscar, 2014.